



PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2026



CÂMARA MUNICIPAL

Alameda Teixeira de Páscuas
4600-011 Amarante

T. 255 420 200
F. 255 420 201

geral@cm-amarante.pt
cm-amarante.pt

ÍNDICE

I – Tramitação	3
I.1 Parecer	3
I.2 Aprovação	3
I.3 Revisão	3
I.4 Prazos de Revisão	4
II – Ficha Técnica	4
III – Sumário	6
III.1 Níveis de Adequação dos Projetos	8
IV – Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais	10
IV.1 Orçamento	10
IV.2 Cronograma anual de execução	12
V – Projetos de Implementação Municipal	14
V.1 – Projetos de Valorização dos Espaços Rurais	14
V.2 – Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais	19
V.3 – Projetos de Modificação de Comportamentos	31
VI – Anexos	38
VI.1 Matriz de Avaliação do Risco	38
VI.2 Glossário	40
VI.3 Projectos sem declinação Municipal	39
VI.4 Cartografia de detalhe	44

I.- TRAMITAÇÃO

I.1 PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Amarante foi enviado para parecer da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSGIFR) do Tâmega e Sousa, em 12/12/2025, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, e conjugado no n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto, tendo recebido parecer favorável (por unanimidade) em 18/12/2025.

I.2 APROVAÇÃO

Após a emissão de parecer favorável da CSGIFR, o PME de Amarante foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Amarante no dia xx de janeiro de 2026 nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, e conjugado com o n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto.

I.3 REVISÃO

De acordo com o artigo 9.º do Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, a revisão do PME de Amarante terá uma periodicidade anual e consiste na reprogramação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores.

No decurso do processo de revisão, poderão ser suprimidas as iniciativas cuja implementação já tenha sido concluída, cujo objetivo se revele esgotado ou que, em razão de fato superveniente, tenham perdido sua utilidade ou eficácia. Também podem ser adicionados projetos não previstos nos programas de ordem superior, em função da fundamentação ou de novas necessidades identificadas, devendo sempre ser numerados conforme o previsto no artigo 5.º do Programa Municipal de Execução – Amarante | 3

Despacho supramencionado.

Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no Programa Regional de Ação (PRA) do Norte.

I.4 PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR de Amarante realizará anualmente o levantamento de necessidades e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CRGIFR do Norte, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

II. – FICHA TÉCNICA

O PME de Amarante foi elaborado pelo Município em estreita articulação com as entidades com assento na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Amarante (CMGIFR) de Amarante e apresentado à mesma conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho n.º 9550/2022.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Amarante foi constituída a 19 de Abril de 2022.

A tabela 1. traduz a ficha técnica de autores da CMGIFR de Amarante e as entidades parceiras do processo de elaboração do PME de Amarante.

Tabela 1. Composição da CMGIFR de Amarante

CMGIFR de Amarante		
Entidade	Cargo	Representante
Câmara Municipal de Amarante	Presidente	António Jorge Vieira Ricardo

Câmara Municipal de Amarante	Coordenador Municipal de Proteção Civil	Hélder Ferreira
Câmara Municipal de Amarante*	Gabinete Técnico Florestal	Mafalda Alves
Juntas de Freguesia de Ansiães	Presidente	Carlos Carvalho
Juntas de Freguesia da Uf de Aboadela Sanche e Várzea	Presidente	Lúcia Ribeiro
Guarda Nacional Republicana	Comandante de destacamento	Capitão João Santos
	SEPNA	1º Sargento Mota
Bombeiros Voluntários de Amarante	Comandante	Rui Ribeiro
Bombeiros Voluntários de Vila Meã	Comandante	Carvalho Ferreira
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Coordenador de Núcleo	Paulo Bessa
Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega	Técnico de acompanhamento	Pedro Alves
Agrupamento de Baldios de Marão e Meia Via	Técnico de acompanhamento	Henrique Costa
The navigator		Marco Ferreira
CNE Amarante	Chefe de Agrupamento	Carolina Teixeira

*Apoio administrativo da CMGIFR de Amarante

III. - SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA) é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Sub-regional de Ação do Tâmega e Sousa (PSA-TS) transportou para a sub-região os projetos inscritos no Programa Regional Norte (PRA-N), em função da sua aplicabilidade. Este converte os objetivos Regionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

O PME de Amarante define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Amarante, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

Para o ano de 2026 optou-se pela concretização apenas das fichas de projeto de carácter obrigatório com a exceção da Ficha PT11C 2.3.1.5 – Rede Viária e Rede de Pontos de água.

Assim, o PME de Amarante conta com 14 projetos transpostos do PSA do Tâmega e Sousa.

No âmbito da elaboração do PME de Amarante, foram definidos 3 projetos-chave.

Entende-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos regionais, se revelam mais transformadores e mais rapidamente permitirão atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

Relativamente ao projeto 2.2.1.1- Reporte de Gestão de Combustível, não é pressuposto a execução de tarefas, apenas o reporte de informação ao nível de planeamento superior.

A figura 1. apresenta a extensão do concelho de Amarante, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

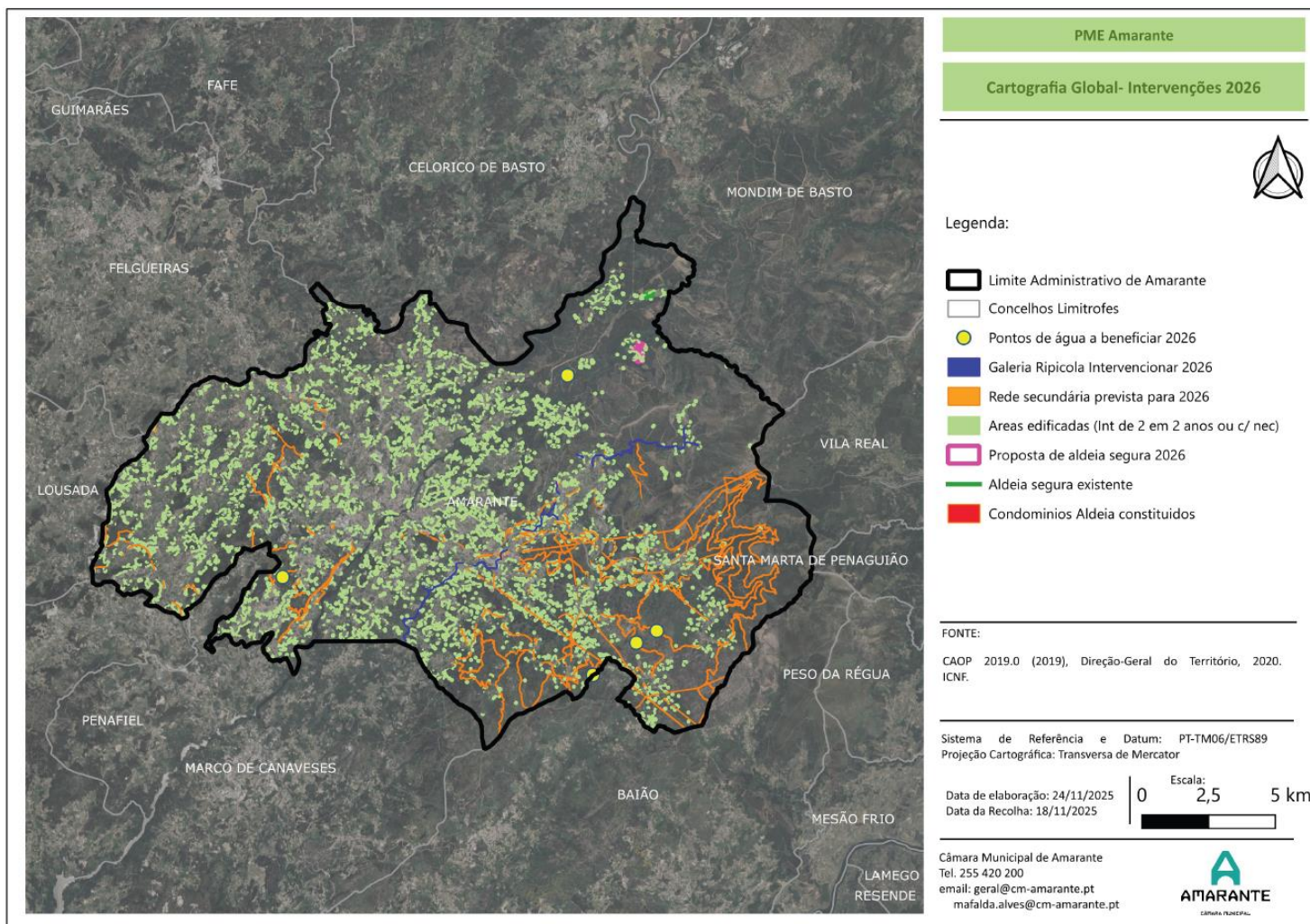


Figura 1 – Mapa das principais fichas descritas no plano municipal de execução para o concelho de Amarante

III.1- NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS

A tabela 2. resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA do Tâmega e Sousa para o PME de Amarante

Projeto	PSA	PME
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada 	M	E
1.2.1.1 Gestão Agregada de territórios rurais	E	
1.2.2.2 Património Florestal certificado	M	E
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais 	E	
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários	E	
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas 	E	
2.1.1.3 Recuperação Pós-fogo e Intervenção em áreas ardidas superiores a 500 hectares	E	
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) 	M	E
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	E	
2.2.1.2 Garantir a Gestão da rede primária	E	
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária  	M	E
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 	E	
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	E	
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	M	E
2.2.1.7 Promover o Apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos 	E	
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	E	
PT11C-2.2.2.3 Promover processos de compostagem e geração de energia à escala local com base em biomassa e sobranes e matos	E	
2.3.1.1 Revisão e implantação das regras das redes de defesa pelos privados	M	E

2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas – Condomínio de Aldeia	M	E
2.3.1.4 Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras"	M	E
PT15 2.3.1.5 Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais (RV e PA)	M	E
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimadas e queimadas	M	E
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	M	E
3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios	E	
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência	E	
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade	M	E
3.2.2.1 Práticas pedagógicas no ensino básico e secundário para o risco	M	E
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	E	
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	
4.3.2.3 Gestão da supressão	E	

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária

IV. - ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

A estratégia municipal para a gestão integrada de incêndios rurais em Amarante, delineada no Programa Municipal de Execução 2026, tem como principal objetivo tentar criar um modelo assente na prevenção e minimização dos riscos causados pelos Incêndios Rurais, através de ações de sensibilização, da fomentação da gestão de combustível das redes de defesa do território e da aplicação de iniciativas que permitam uma redução do número de ignições.

Ao mesmo tempo é importante que este programa identifique e promova um conjunto de medidas determinantes para um território mais resiliente, viável e gerador de valor.

Por fim, é um dos objetivos deste programa ajudar a definir um modelo de governança, monitorização e avaliação do SGIFR, que contribua para a melhoria contínua das políticas e programas públicos.

IV.1 - ORÇAMENTO

A tabela 3 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Amarante conta com um orçamento global de **1 546 508,5€**.

Durante o ano de 2026, a execução dos projetos aqui apresentados, estará dependente de fonte de financiamento municipal e fonte de financiamento supramunicipal, bem como, da previsão orçamental das ações e iniciativas, previstas por projeto, em diferentes orçamentos da responsabilidade de diversas entidades públicas, entidades privadas.

Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME de Amarante

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada	Identificação dos Proprietários	48 200€
1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade	Valorização dos espaços rurais	67 497,5 €
2.1.1.4 Transpor os Programas	Garantir a uniformização do	10 000€

Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	território	
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária	Prevenção e combate a incêndios rurais	568 055€
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	Valorização dos ecossistemas e redução do risco de incêndio	62 390€
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	Adequar a gestão das FGC	175 406 €
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	Proteção de pessoas, animais e bens.	102 000€
2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras	Proteção de pessoas, animais e bens.	A estimar
PT15 2.3.1.5 Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	Garantir a operacionalidade das infraestruturas para o combate eficiente dos incêndios rurais.	430 300€
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas	Redução nos comportamentos de risco	10 460€
3.1.1.3 MARQ	Redução nos comportamentos de risco	A estimar
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade	Redução nos comportamentos de risco	10 000 €
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	Sensibilização da comunidade para adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas	A definir

Total do orçamento do PME
1 546 508,5€

Nota técnico-financeira explicativa

A execução e implementação dos projetos identificados no ano de 2026, está sempre sujeita a diversas condicionantes, sejam elas, financeiras, disponibilidade de meios e recurso ou até derivado da dinâmica constante dos territórios.

Os valores orçamentais identificados neste Programa Municipal tiveram por base os orçamentos dos diversos Instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, bem como a aplicação de valores de referência utilizados pelo Município no desenvolvimento de diversas atividades.

Algumas das fichas apresentadas não apresentam dotação orçamental em virtude de carecerem de uma procura por fontes de financiamento, bem como de um apuramento dos custos.

Também foram identificados alguns projetos, em que a sua aplicação carece em muito do financiamento público ou disponibilidade de meios/recursos.

Relativamente ao projeto “2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária” não estão identificados valores para eventuais execuções coercivas.

IV.2 - CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos 13 projetos com declinação no PME de Amarante para o ano de 2026.

Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de Amarante

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.1.2.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
1.2.2.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

2.2.1.6	■	■	■	■							■	■	■
2.3.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.2	■	■	■	■	■					■	■	■	■
2.3.1.4		■	■	■	■	■							
PT15C													
2.3.1.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■					■	■	■
3.1.1.3	■	■	■	■							■	■	■
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

V. - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA- do Tâmega e Sousa, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME de Amarante indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

A legenda de cada ficha de projeto do PME é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Autoriza; **S** – Suporta; **C** – Consultado; **I** – Informado; **F** – Fiscaliza; **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

V.1 – PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA						1.1.2.2			
Objetivos Colaborar na modernização dos processos administrativos que conduzem à identificação detalhada do cadastro, como: - Promover a adoção do BUPi - Adaptar à escala do Município e promover um plano de atividades de comunicação que envolva os cidadãos na criação do cadastro Principais resultados esperados Maior área cadastrada, na região com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário.						Principais entidades envolvidas			
						R Municípios A Comissão Municipal GIFR S DGT, CCDRN, IRN, eBUPi C DGT, CCDRN, IRN, eBUPi I AGIF; CIM F Comissão Regional GIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 48 200€									
Indicadores					Unidade		Meta(anual)		

</

Reforçar registo de RGG pelas Freguesias – apoio balcão Móvel da AMDT	PRR; Orçamento Municipal e orçamento da AMDT											
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
X												
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) 1 técnico habilitado						Autarquia e AMDT			4 200			
2) Software e hardware variado;												
3) Consumíveis;												
4) Carrinha;												
5) Telefone.												
Total (€)									4 200€			
Gestão de risco da iniciativa												
O referido na gestão de risco do projeto												
Observações												
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento			
Campanha de Sensibilização									PRR, Orçamento Municipal			
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
					X	X						
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) outdoor						PRR; Autarquia			2000			
2) vídeo												
3) stand												
Total (€)									2000€			
Gestão de risco da iniciativa												
O referido na gestão de risco do projeto												
Observações:												

PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO							1.2.2.2		
Objetivos Comunicar as vantagens da certificação dos produtos junto dos produtores e empresários locais Principais resultados esperados Melhoria da sustentabilidade florestal. Promoção das boas práticas florestais. Aumento do valor da economia local. Incrementar a utilização renovável dos recursos locais.	Principais entidades envolvidas								
	R	ICNF							
	A	Comissão Municipal GIFR							
	S	OPF, EG ZIF, AIMMP, BIOND							
	C	ICNF, Entidades de certificação							
	I	AGIF; CIM; CCDDR-N							
F	Comissão Regional GIFR								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 67 497,5€									
Indicadores				Unidade		Meta(anual)			
• % das áreas de gestão pública e baldios com gestão florestal certificada				%/ha		20%/1200,27ha			
• % das áreas sob gestão privada com gestão florestal certificada.				%/ha		10%/1499,63ha			
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									
• Dificuldade em aceder à informação sobre a área certificada no município;									
• Baixa adesão de produtores e empresários locais devido à falta de incentivos e regulamentação;									
• Desconhecimento dos benefícios da certificação;									
• Dificuldade na monitorização dos objetivos desta ficha.									
• Perceção de que o processo de certificação é meramente burocrático, sem fiscalização eficaz, não garantindo a qualidade real do produto final.									
Risco Total:									
• Não adesão dos proprietários e empresários locais;									
• descredito do processo de certificação.									
Resolução Geral:									
• Regular o processo de certificação para assegurar critérios de qualidade;									
• Garantir o controlo de qualidade em todas as fases da produção de material lenhoso;									
• Disponibilizar apoios às OPF para acompanhamento técnico e fiscalização do processo de certificação.									
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento		
• Aplicar sistemas de certificação específicos para a floresta e para produtos florestais (ex FSC e PEFC), em articulação com as OPF da sub-região (% de área certificada no concelho), em baldios e áreas sob gestão privada							PO, FA, PRR		

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) recursos humanos				OPF/ICNF/EG				25€/ha(ver os ha no excel da ficha de projeto)			
Total (€)								67 497,5€			
Gestão de risco da iniciativa											
O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Pretendemos com esta iniciativa promover o aumento da área sob gestão privada e baldios com gestão florestal certificada. As metas colocadas são as referidas em PSA, contudo execução da presente ficha e o cumprimento das metas está dependente de financiamento.											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Definir a estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais								FA, PO e PO Regionais, Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Recursos humanos				Por identificar				A estimar			
2) Material de divulgação (flyers, vídeos...)				Por identificar				A estimar			
Total (€)								XXXX €			
Gestão de risco da iniciativa											
O referido na gestão de risco do projeto											
Observações											
Aguarda-se que a estratégia de comunicação direcionada aos produtores e empresários locais seja desenvolvida a nível regional, pela entidade responsável pela ficha de projeto no PRA. Após a definição da estratégia estaremos em condições de desenvolver ações no município, desde que nos seja garantido financiamento.											

V.2 - PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)										2.1.1.4	
Objetivos Garantir a transposição dos PROF para os PDM Principais resultados esperados Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF						Principais entidades envolvidas					
						R Município					
						A Comissão Municipal GIFR					
						S DGT, CIM					
						C CCDR; ICNF					
						I AGIF, ICNF					
						F CCDR					
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto nesta PME (€): 0 €											
Indicadores						Unidade			Meta		
1) PDM com PROF transposto						Nº			1		
Gestão de risco do projeto Risco Total: 4 – Baixo (P1; S4) Ameaças: - Não se aplica Resolução Geral: - PDM de Amarante já transpôs o PROF.											
Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
									OE		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)		
Total (€)		
Gestão de risco da iniciativa O descrito na Gestão de risco do projecto.		
Observações: Caso surja algum guia orientador o PDM de Amarante terá que adaptar a transposição do PROF.		

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA							2.2.1.3		
Objetivos Execução da gestão de combustível, conforme estipulado no artigo 49º do DL 82/2021, na sua atual redação. Principais resultados esperados Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.					Principais entidades envolvidas				
					R	Município, Entidades Gestoras FGC			
					A	Comissão Municipal GIFR			
					S	AGIF, ANEPC, CIM, ICNF			
					C	AGIF, ANEPC, CIM, ICNF			
					I	ANEPC, AGIF			
					F	GNR, CRGIFR, CSGIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 568 055 € (não está contabilizado o custo dos particulares na execução das FGC)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com o mapa de prioridades					ha		576		
2) Hectares intervencionados					ha		6665,495		
3) Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS)					%		80%		
Gestão de risco do projeto									
Risco Total: 16 – Alto (P4;S4)									
Ameaças:									
• os descritos na ficha de projeto do PSA e nas observações das iniciativas.									
Resolução Geral:									
• conforme o descrito no PSA e nas observações das iniciativas. Tal como descreve o PSA, a taxa de instalação/manutenção das FGC prevista para ser cumprida de forma plurianual. Assim, a meta desta ficha é atingir os valores percentuais descritos no PSA em relação às									

áreas de intervenção de cada iniciativa.												
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento		
Execução da gestão de combustível na rede secundária (rede viária – Município)										PRR; FA; OE		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
		x			□	□	□			x		
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo (€)			
1) Instalação de FGC (território florestal) na rede viária					PRR; FA; OE				60 000 € (30ha)			
2) Manutenção FGC (território florestal) na rede viária					PRR; FA; OE				282 930€(188,62ha)			
Total (€)									342 930 €			
Gestão de risco da iniciativa												
O referido na gestão de risco do projeto												
Observações: A execução desta iniciativa está dependente de financiamento e/ou de disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais ou demais situações descritas na ficha de projeto do PSA. Apenas foram contabilizados intervenções nos territórios florestais. (esta definição foi feita com base na COS2018 e em alguns casos com validação no terreno). De acordo com o histórico, o valor unitário para a execução das FGC, poderá ser superior ao indicado na ficha de projeto. Os valores de referência são: 2 000€/ha (instalação) e 1500€/ha (manutenção).												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
Execução da gestão de combustível na rede secundária (rede rodo e ferroviária – restantes operadores)										OE; Orçamento próprio		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
		x			□	□	□			x		
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo (€)			
1) Manutenção da FGC na rede viária					IP; Brisa; Ascendi				58 935€(39,29ha)			

2) Manutenção da FGC na rede ferroviária						IP		8280 €(5,52ha)			
						Total (€)		67 215 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Os valores de referência são: 2 000€/ha (instalação) e 1500€/ha (manutenção).											
Iniciativa n.º 3								Fonte Financiamento			
• Execução da gestão de combustível nas FGC - código 7								Orçamento próprio			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Manutenção da FGC						REN		A estimar			
						Total (€)					
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Os valores de referência são: 2 000€/ha (instalação) e 1500€/ha (manutenção).											
Iniciativa n.º 4								Fonte Financiamento			
• Execução da gestão de combustível nas FGC - código 10 e 13								Orçamento próprio			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		x			☐	☐	☐			x	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Manutenção da FGC						E-Redes		137910€(91,94ha)			
						Total (€)		137 910 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Os valores de referência são: 2 000€/ha (instalação) e 1500€/ha (manutenção).											
Iniciativa n.º 5								Fonte Financiamento			

• Execução coerciva										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Prestação de serviços						Município			15 000 €		
2) Serviços administrativos						Município			5 000 €		
Total (€)									20 000 €		
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto e nas observações desta iniciativa.											
Observações: Neste momento não é possível quantificar com muito rigor os custos desta iniciativa. Para valores de referência foram considerados cerca de 10 hectares para execução coersiva A execução desta iniciativa está dependente da disponibilidade de recursos financeiros e disponibilidade de meios. Os procedimentos administrativos para a aquisição de serviços externos para a execução deste serviço em tempo útil poderá ser um entrave para a execução da iniciativa. A FGC dos aglomerados, areas edificadas e edificações isoladas devem ser executadas de 2 em 2 anos ou sempre que necessário, pelos proprietários, não estando vertidas neste PME a execução anual das áreas a intervir nemo seu orçamento.											

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS					2.2.1.6								
Objetivos Garantir a atualização da cartografia que identifica as galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais nos territórios vulneráveis e APPS e apoiar ações que visem a gestão de galerias ribeirinhas prioritárias. Principais resultados esperados Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais. Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas.					Principais entidades envolvidas								
					R Município								
					A Comissão Municipal GIFR								
					S APA, ICNF								
					C OPF, privados								
					I AGIF, CIM								
					F APA								
PLAN					PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 62 390€													
Indicadores							Unidade			Meta			

[illegible]

Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
3) Recursos Humanos/Equipamentos	OM	3 000 €
Total (€)		3 000 €
Gestão de risco da iniciativa		
Falta de Recursos e meios.		
Observações: Identificação georreferenciada das galerias ripícolas estratégicas e respetiva caracterização (estado atual, ocupação confinante, tipo de vegetação e outros).		

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS								2.3.1.1	
Objetivos Acompanhar o desenvolvimento do projeto no PME					Principais entidades envolvidas				
					R	GNR			
					A	Comissão Municipal GIFR			
					S	ICNF, Município, AGIF, CIM Tâmega e Sousa			
					C	Município, PSP			
					I	GNR			
Principais resultados esperados Adequar as regras de gestão das redes de Defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.					F	CRGIFR, CSGIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 175 406€									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Número de sinalizações					Nº		35		
2) Número de autos					Nº		0		
3) Taxa de cumprimento voluntário;					%		75		
4) Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias					Nº		826		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									
- Falta de financiamento; - Falta de recursos humanos e meios									
Risco Total:									
18 – Alto (P3;S5)									
Resolução Geral:									
o descrito na ficha de projeto do PSA									

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
• Ações de fiscalização - GNR										GNR	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Viatura 4*4						OE		40 000 €			
2) Kit Mala SEPNA Digital						OE		3 333 €			
3) Custos em patrulhamento						OE		88 740 €			
Total (€)								132 073€			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: para o cálculo de custos de patrulhamento foi considerado patrulhamentos no período entre junho e outubro, 2 patrulhamentos por dia que perfaz 306 patrulhamentos. . A falta de execução desta iniciativa poderá afetar o incumprimento de outras iniciativas, nomeadamente o cumprimento da ficha 2.2.1.3 .											

Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
• Ações de fiscalização – Câmara Municipal										Município	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Viatura 4*4						OE		40 000 €			
2) Kit Mala SEPNA Digital						OE		3 333 €			
3) Custos em ações de fiscalização						OE		a definir			
Total (€)								43 333 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: O sucesso desta ficha está muito pendente da disponibilidade de recursos. A falta de execução desta iniciativa poderá afetar o incumprimento de outras iniciativas, nomeadamente o cumprimento da ficha 2.2.1.3 .											

O Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias é o somatório das patrulhas efetuadas pela GNR, mais as reclamações recebidas no Município e as fiscalizações às edificações isoladas realizadas anualmente pelo GTF de Amarante.

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTES DE ÁREAS EDIFICADAS								2.3.1.2	
Objetivos Promover candidaturas ao projeto Condomínio de Aldeia, com incidência nas freguesias inseridas em APPS. Principais resultados esperados Reduzir as perdas e as ameaças ao edificado e aos cidadãos.					Principais entidades envolvidas				
					R Município, privados				
					A Comissão Municipal GIFR				
					S OPF, ANEPC, CIM, Org. Agric, ICNF, CCDR-N				
					C DGT, CCDR-N				
					I ANEPC, AGIF				
F CRGIFR, CSGIFR									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 102 000 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas					%		20		
2) Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível					%		20		
3) Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente a áreas edificadas					Nº		8		
4) n.º de “Condomínios de Aldeia” constituídos					Nº		2		
Gestão de risco do projeto Risco Total: 12- Média (P3; S4) Ameaças: - Falta de financiamento; - Falta de mão-de-obra; - falta de adesão pelos proprietários; - dificuldade na identificação dos proprietários. Resolução Geral: - dependente de financiamento e de adesão por parte dos proprietários. Ficha bastante relacionada com a ficha 2.2.1.3. Area contabilizada também na ficha já referida.									
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento		
Manutenção das FGC dos Condomínios aldeia constituídos							FA; OM		

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		x			□	□	□			x	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Técnico						Município		2 000 €			
2) Intervenção FGC						FA		100 000			
Total (€)								102 000€			
Gestão de risco da iniciativa											
A descrita na ficha de projeto											
Observações:											

PROGRAMAS ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS								2.3.1.4			
Objetivos Promover candidaturas ao programa ASPS no Município. Principais resultados esperados Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização e reduzir os danos pessoais.					Principais entidades envolvidas						
					R Município /ANEPC						
					A Comissão Municipal GIFR						
					S CCDR, CIM						
					C AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas						
					I ANEPC						
					F GNR						
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR		POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A estimar											
Indicadores						Unidade			Meta		
1) Número total de aglomerados rurais abrangidos						Nº			2		
2) Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas						%			100		
3) Número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados rurais						Nº			33		
Gestão de risco do projeto											
Ameaças:											
- falta de adesão por parte da população; - população envelhecida;											

- falta de recursos. Risco Total: 18 – Alto (P3;S5) Resolução Geral: - as descritas na ficha do PSA											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Alargamento do Programa à Aldeia de Canadelo										FA	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Recursos humanos (Técnicos da Proteçãocivil)						ANEPC/OM			A estimar		
2) Identificação de Oficial de ligação						OM					
3) Material e equipamentos						ANEPC; OM					
4) Equipas de intervenção (limpezas)											
Total (€)									A estimar		
Gestão de risco da iniciativa											
Observações: material e equipamentos referidos devem dar resposta à elaboração de planos de evacuação e simulacros. As metas colocadas tiveram como indicative a Aldeia Segura existente (Mouquim, Rebordelo)											

IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS										PT11C 2.3.1.5	
Objetivos Estabelecer metas e definir as tipologias de intervenção para as ações de infraestruturação das redes de defesa Principais resultados esperados Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.						Principais entidades envolvidas					
						R ICNF					
						A					
						S ICNF, Proprietários florestais, ZIF´s, OPF, Municípios					
						C					
						I					

						F					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto nesta PME (€): 430 300€											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Rede viária florestal intervencionada					%			50			
2) Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas (%)					%			100			
3) Pontos de água construídos					Nº			23			
4) Operacionalidade da rede de pontos de água					%			100			
5) Atualização da base de dados das redes de defesa					%			100			
Gestão de risco do projeto											
Ameaças:											
• disponibilidade de propriedade privada; procedimento administrativo demorado; falta de prestadores de serviço; incompatibilidade na construção das infraestruturas.											
Risco Total:											
• 9 – Moderado(P3;S3)											
Resolução Geral:											
• Dependente de financiamento											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Manutenção e beneficiação/construção de Pontos de água								FEDER e OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		x			□	□	□	□		x	
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Beneficiação de 5 Pontos de água					FEDER			200 000 €			
2) Manutenção de Pontos de água					FEDER			42 500 €			
					Total (€)			242 500 €			
Gestão de risco da iniciativa											
• Falta de financiamento; dificuldades de localização ou aquisição de terreno.											

Observações: A iniciativa apresentada reflete as necessidades do Município, mas a sua implementação depende da existência de financiamento, nomeadamente a beneficiação dos pontos de água identificados. Como valores de referência para a construção/beneficiação de pontos de água usou-se 40 000€ e para a manutenção 2500€.

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
Manutenção da Rede viária florestal	FEDER; OM

Calendarização

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

X

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Manutenção ou beneficiação de rede viária florestal (km)	FEDER	187 800€
Total (€)		187 800 €

Gestão de risco da iniciativa: Falta de financiamento; dificuldade na manutenção devido à intervenção de terceiros (extração madeiras ou prática de desportos motorizados);

Observações: A sua realização na totalidade está dependente de financiamento. O Município garante sempre a manutenção de cerca de 100Km/ano de Rede viária. Usando como valor de referência 1878€/Km.

V.3 - PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS		3.1.1.2.
Objetivos Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes.	Principais entidades envolvidas	
	R	ICNF e Municípios
	A	
	S	ANEPC, GNR, BB, AU
	C	
	I	
	F	

Principais resultados esperados - Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; - Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; - Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. - Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME (€): 9675,87 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Município aderente à Plataforma das Queimas e Queimada					%		100%		
2) Municípios com a totalidade dos pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.					%		100%		
3) Resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas					%		100%		
4) Ações de capacitação de entidades locais					Nº		1		
5) N.º de pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano					Nº		<1		
6) N.º de dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico elevado.					Nº		180		
Gestão de risco do projeto Ameaças: - Lentidão da Plataforma; - Elevado numero de pedidos. - Falta de recursos humanos - Ameaças: falta de adesão, comunicação não eficiente devido aos diferentes tipos de grupo-alvo Risco Total: 6 – Moderado (P2;S3) Resolução Geral: - Descrito na ficha do projeto.									
Observações									
Iniciativa n.º 1						Fonte de Financiamento			

Apoio à população no registo de queimas na plataforma do ICNF										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x						x	x
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Recursos humanos					OM			9000			
Total (€)								9000 €			
Observações											
Iniciativa n.º 2									Fonte de Financiamento		
Ações de capacitação de entidades locais									FA; OE; PO; OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□					□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Ação de capacitação								675,87			
Total (€)								675,87 €			
•											
Observações:											

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS				3.1.1.3	
	Objetivos		Principais entidades envolvidas		
	Identificar os territórios onde o uso do fogo para renovação de pastagens está associado às causas e motivações dos incêndios		R	ICNF	
	Integrar essas áreas no Plano de Gestão de Combustível		A		
	Apoiar na execução de queimadas para renovação de pastagens		S	GNR/UEPS, ANEPC/FEPC, Municipios, OPF, Privados, BB	
	Promover ações de sensibilização junto dos pastores.		C	CCDRN, IFAP	
			I		
			F		
	Principais resultados esperados				
	Redução das ignições associadas à remoção de				

pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado.											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A estimar											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado					%		50%				
2) Redução de ignições com causa associada à renovação de pastagens nos territórios rurais					%		50%				
3) Ações de comunicação de proximidade dirigida a pastores nos territórios referenciados					Nº		1				
4) Freguesias dos territórios referenciados com mecanismo de apoio implementado					%		100%				
Gestão de risco do projeto											
Ameaças:											
Não se reconhecem ameaças											
Risco Total:											
baixo											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
Apoio na realização de ação de queimada											
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x						x	x
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso		Custo (€)				
1) recursos humanos											
2) viaturas							A estimar				
3) Equipamentos											
					Total (€)						
Observações											
COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE											
3.2.1.2											

Objetivos • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade					Principais entidades envolvidas																		
Principais resultados esperados • Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais.					R	Município, ANEPC, GNR, ICNF																	
					A	Comissão Municipal GIFR																	
					S	CIM, CCDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE																	
					C	AGIF, entidades da comunidade local, OPF																	
					I	CIM																	
					F	CRGIFR, CSGIFR																	
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC														
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 10 000€																							
Indicadores						Unidade		Meta															
Ações de sensibilização locais						Nº		4															
Cidadãos abrangidos pelas iniciativas						Nº		30%															
Ações nos canais de comunicação						Nº		4															
Variação do número de ignições anuais.						%		<6%															
Gestão de risco do projeto																							
Ameaças:																							
• falta de adesão por parte da população;																							
Risco Total:																							
• 8 – moderado (P2;S4)																							
Resolução Geral:																							
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento															
Ações de sensibilização para diferentes públicos alvo								PRR, FA, OE, PO Norte															
Calendarização																							
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Jul		Ago		Set		Out		Nov		Dez	
x																							
Recursos																							
Identificação do recurso												Origem do recurso						Custo (€)					
1) Empresa de comunicação especializada												PRR, FA, OE, PO Norte						A definir					
2) Recursos humanos – técnicos municipais												OM						A definir					

3) Material de apoio	PRR, FA, OE, PO Norte	A definir
Total (€)		10 000€
Gestão de risco da iniciativa: A estimativa orçamental desta ficha é o valor atribuído a cada município na Ficha do PSA. Algumas das iniciativas estão dependentes de iniciativa sub-regional.		
Observações:		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO								3.2.2.1	
Objetivos Identificar públicos-alvo Desenvolver plano de comunicação municipal focado nas mensagens dirigidas aos públicos-alvo Principais resultados esperados Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas					Principais entidades envolvidas				
					R Municípios/DGESTE				
					A Comissão Municipal GIFR				
					S AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, CIM				
					C				
					I DGESTE				
					F CRGIFR, CSGIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): a definir									
Indicadores				Unidade			Meta		
Iniciativas dirigidas à população escolar, por ciclo de ensino				Nº			5		
Alunos participantes, por ciclo de ensino				Nº			-		
Escolas do 1.º e 2.º ciclo do ensino que desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios				%			-		
Inclusão de conteúdos educativos orientados para a identificação de risco e comportamento de autoproteção nos diferentes graus de ensino				Nº			-		
Gestão de risco do projeto									
Risco Total:									
Falta de enquadramento com os conteúdos educativos;									
Ameaças:									
• 6- Moderado (P3;S2)									
Resolução Geral:									
• O Município desenvolve diversas atividades de educação ambiental nas escolas, em 2025									

foram desenvolvidas cerca de 120 sessões no Município. Neste momento não é possível quantificar os custos das iniciativas nem perspetivar os indicadores mais corretos. Situação que será monitorizada em 2026.

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
• Ações de sensibilização/pedagógicas sobre o Ambiente nas Escolas										OE;OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Recursos humanos						OM		A estimar			
2) Material didático						OM					
3) Material informativo						OE;OM					
Total (€)											
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Tentar articular com a Educação para incluir nos conteúdos pedagógicos matéria sobre os incêndios rurais.											

Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
• Celebração de efemérides no âmbito da floresta/ambiente										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□					□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Recursos humanos						OM		A estimar			
2) Material didático/logístico						OM					
3) Material informativo						OE;OM					
Total (€)											
Gestão de risco da iniciativa											
• O referido na gestão de risco do projeto											
Observações: Anualmente o Município de Amarante desenvolve ações de (re) arborização											

abertas à comunidade e com a participação das entidades que desempenham funções no SGIFR.

VI. - ANEXOS

VI.1 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Os riscos dos projetos resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar-se os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos bem como referir se as principais ameaças são externas ou internas.

Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), comotransferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	<u>Negligenciável(1)</u>	<u>Baixa(2)</u>	<u>Média(3)</u>	<u>Grave(4)</u>	<u>Catastrófica(5)</u>

Quase certa (5)	Moderado5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo4	Moderado8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo3	Moderado6	Moderado9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo2	Baixo4	Moderado6	Moderado8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo1	Baixo2	Baixo3	Baixo4	Moderado5

VI.2 - GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do Programa Regional de Ação do Norte é efetuada com a instituição de um modelo de matriz de responsabilidade designada de RASCIF de acordo com a codificação abaixo:

R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Autoriza A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consultado As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informado As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.

VI.3 - PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.2.1.1
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. Atendendo que as áreas de intervenção com potencial para a execução deste projeto abrangem mais que um Município. O desenvolvimento deste projecto é a uma escala supramunicipal.	
RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA	2.1.1.3
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. Em regra, a área afetada por este tipo de incêndios rurais abrange mais que um Município: as medidas previstas nos REE são de implementação regional ou sub-regional. Desta forma este projeto está descrito no PSA.	
ESTABELECEER E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.1
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. Tendo em consideração que este sistema de informação serve para recolher, integrar, analisar e disponibilizar informações relacionadas com a ocorrência, prevenção e combate a incêndios rurais, com o objetivo de aumentar a eficiência da resposta aos incendios rurais. Sendo uma necessidade comum a todos os Municípios, e de forma a uniformizar a informação, este projecto é transposto a nivle sub-regional, sendo assim, reportado no PSA.	
GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. Como é um projeto que a sua execução abrange mais que um Município. É definido e monitorizado nos planos supramunicipais.	

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal.	
PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal. Também é de salientar que a nível municipal não existem áreas com enquadramento nesta ficha.	
PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME está dependente da definição da área para projeto piloto a nível sub-regional e está previsto a formação de 15 pastores em 2026.	
USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO DE FOGOS RURAIS	2.2.1.9
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME. Atualmente os Planos de uso de fogo são planeados e geridos a nível sub-regional, situação é efutuada a nível do PSA.	
PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM E GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA E SOBRANTES E MATOS	PT11C - 2.2.2.3
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME pois está dependente da realização de um projeto piloto ao nível sub-regional de viabilidade económica, plano de ação e políticas de valorização sobre o aproveitamento dos sobrantes agrícolas e florestais através da compostagem e/ou através de geração de energia à escala local, de modo a reduzir o uso do fogo e de modo a identificar as "áreas prioritárias de intervenção".	
REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3
Projeto não transitado Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME.	

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA	3.2.1.3
Projeto não transitado Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME. No entanto poderá ser realizado a nível Municipal.	

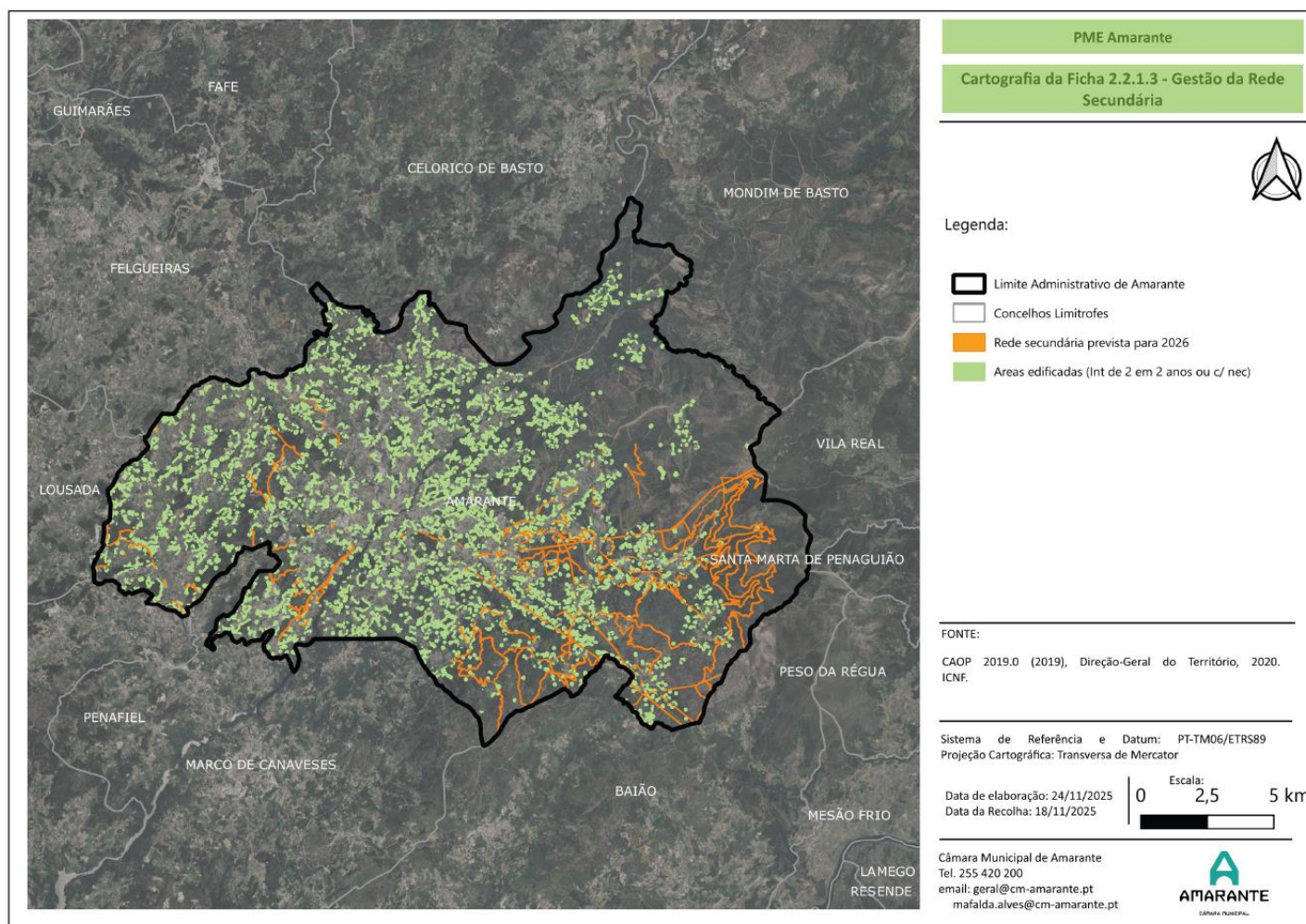
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)	4.1.2.1
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME, pois centra-se na monitorização da criação e do funcionamento das Comissões Municipais a uma escala sub-regional.	

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO	4.1.2.3
Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME é definido e monitorizado ao nível sub-regional.	

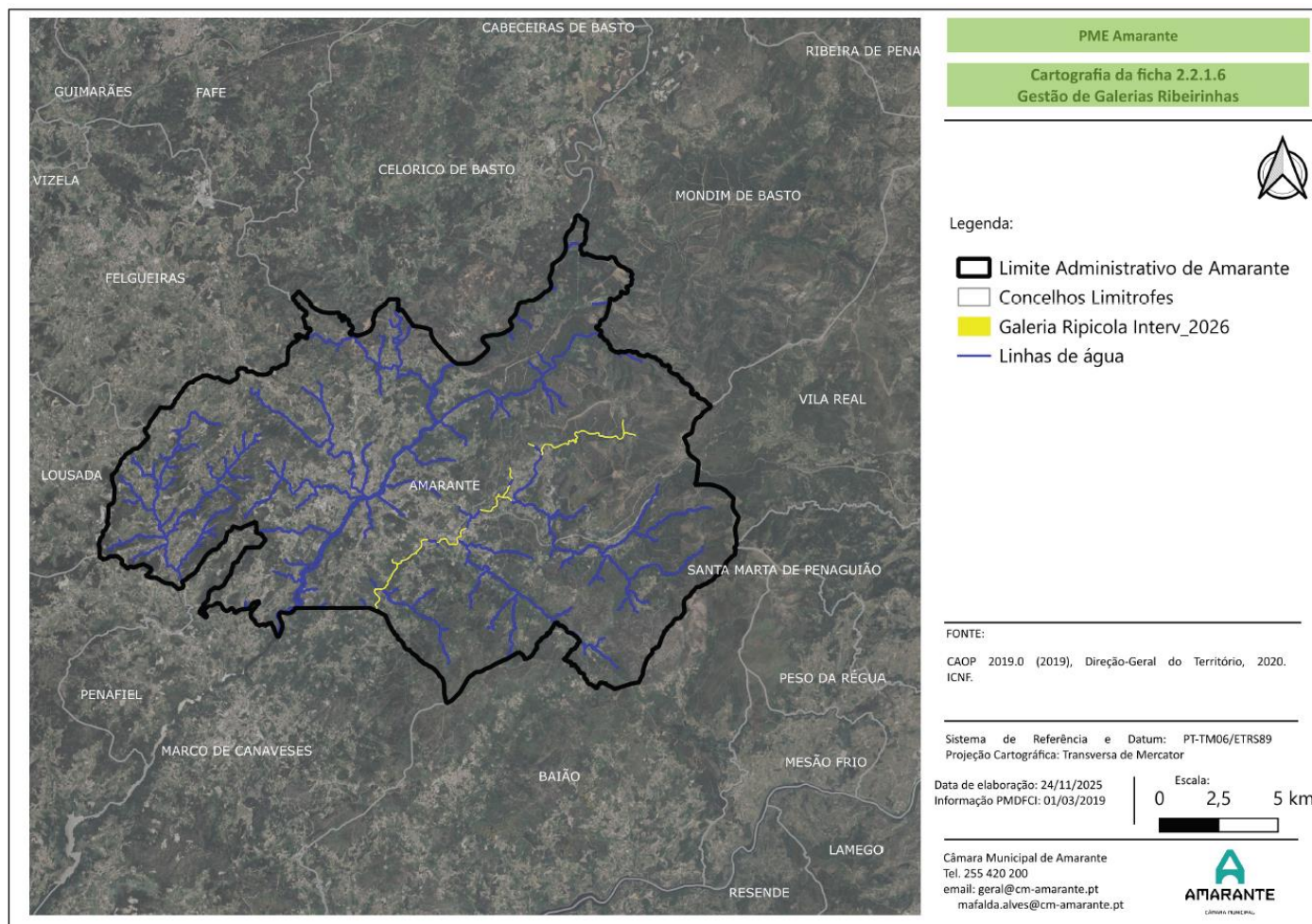
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3
Projeto não transitado Este projeto não declina para PME, e tem objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização dos meios face às necessidades da sub-região, sendo as necessidades avaliadas ao nível sub-regional.	

VI.4 - CARTOGRAFIA DE DETALHE

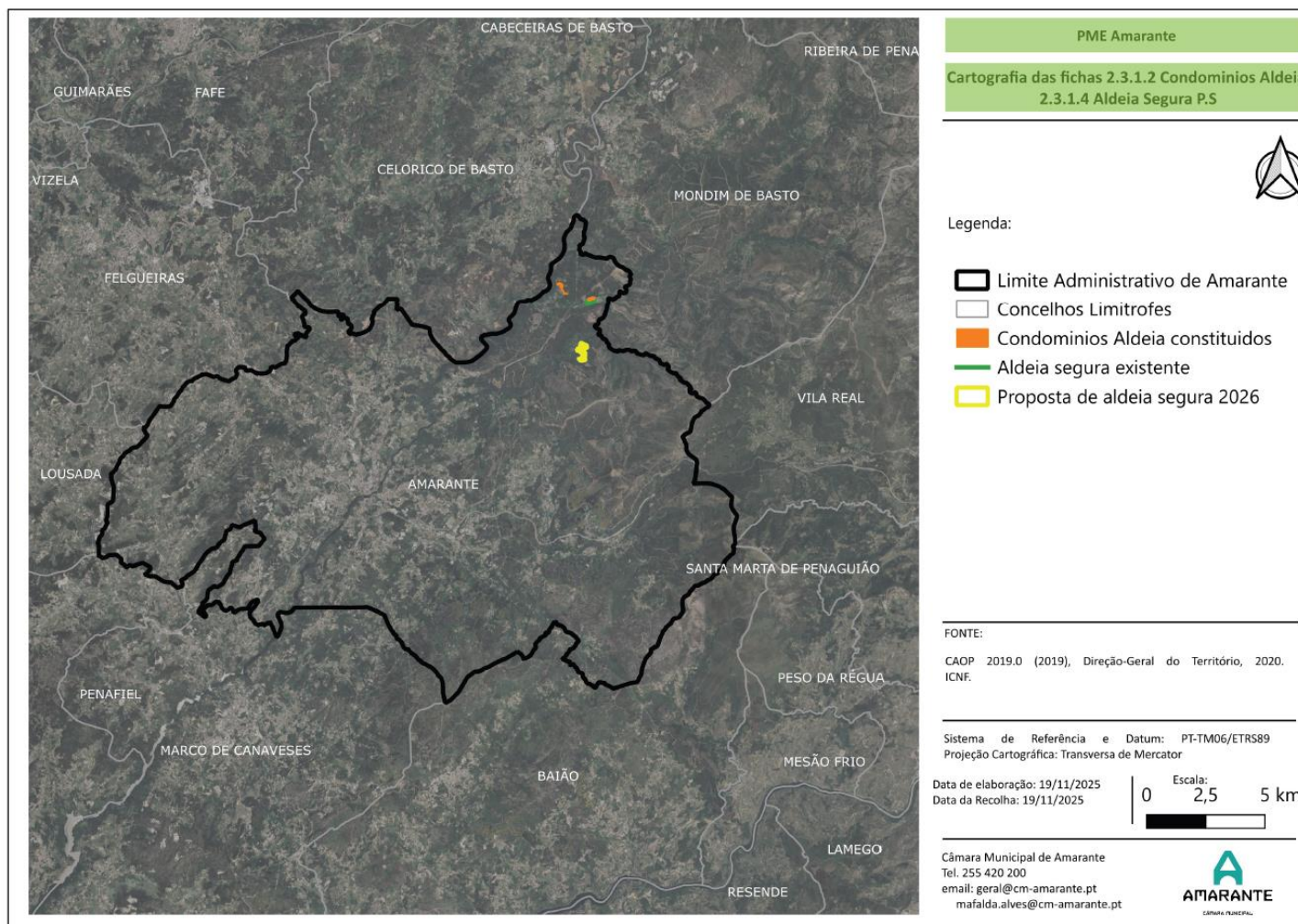
VI.4.1 - MAPA DA FICHA 2.2.1.3 - GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA



MAPA DA FICHA 2.2.1.6 – GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS



MAPA DAS FICHAS 2.2.1.3 (CONDOMINIO ALDEIA) E 2.2.1.4 (ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS)



MAPA DA FICHA PT11C 2.3.1.5 - IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA

